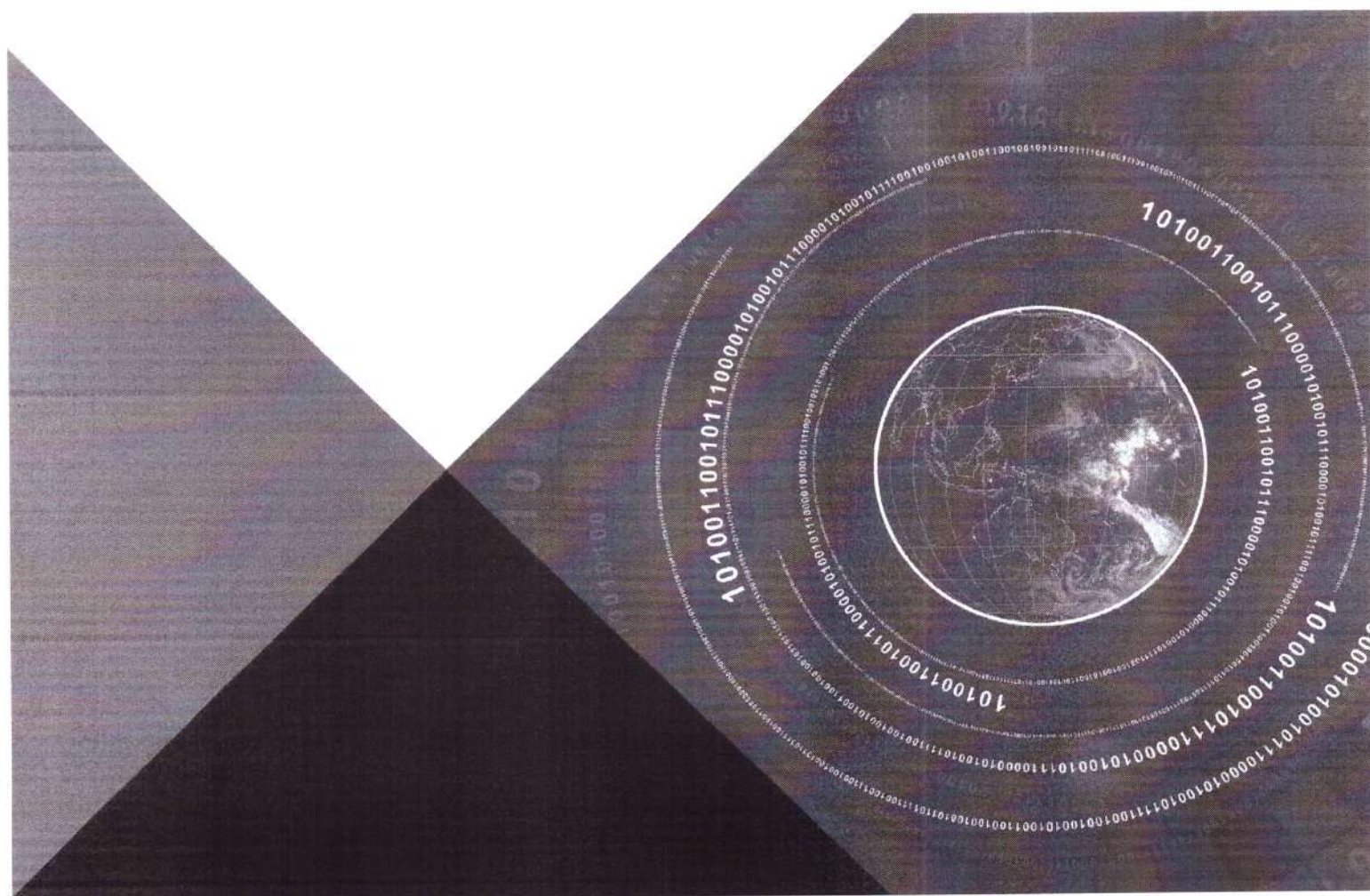




Hospital Santo Antônio.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

Relatório da Administração.....	03
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras.....	04
Balanco Patrimonial	08
Demonstração do Resultado	09
Demonstração do Resultado Abrangente	09
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas.....	12

Relatório da Administração

Prezados Senhores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Hospital Santo Antônio, levantadas em 31 de dezembro de 2024, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes.

Tapejara (RS), 12 de março de 2025.

A Administração



Rogerio Zimmermann Doering
Presidente



MOORE

Moore CWB Auditores Independentes

Rua Almirante Tamandaré, nº 738, 2º andar
Sala 3 – Alto da XV - CEP 80045-170
Curitiba - Paraná

Tel +55 (41) 3205 7000

moorecwb@moorebrasil.com.br
www.moorebrasil.com.br

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Administradores do
Hospital Santo Antônio.
Tapejara - RS

Opinião com Ressalvas.

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Santo Antônio, “Entidade” que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos, descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Santo Antônio, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Ativo imobilizado

A Entidade utiliza as taxas de vida útil definidas pela legislação fiscal para depreciação e amortização do seu ativo imobilizado e intangível. Referidas taxas, aplicadas sobre o valor integral do item adquirido, não condizem com as normas contábeis atualmente vigentes no Brasil que requerem, dentre outros que: a) o método de depreciação aplicado a um ativo seja determinado com base em estudo técnico formalizado; b) que o referido estudo seja revisado periodicamente para refletir as mudanças quando houver alteração significativa no padrão de consumo previsto; e c) revisão e mensuração de redução ao valor recuperável “*impairment*” de seus ativos. Desta forma, não é possível concluir sobre a adequação das taxas de depreciação e amortização utilizadas pela Entidade e determinar eventuais efeitos no ativo, resultado e patrimônio social em 31 de dezembro de 2024.

2. Provisões para Contingência

Conforme descrito na Nota 18 às demonstrações financeiras, a Entidade optou por não registrar em sua totalidade as provisões para contingências, considerada como risco de perda provável, contrariando a NBC TG 1000 (R1) Seção 21 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, que prevê a obrigatoriedade desse registro. Desta forma, devido a não aplicabilidade da norma, em 31 de dezembro de 2024, o passivo está apresentado a menor em R\$ 637.946,68 e o patrimônio líquido

e o resultado do exercício a maior em igual valor, sem considerar os possíveis efeitos descritos no item anterior.

3. Saldos de abertura

Conforme descrito na Nota 19, às demonstrações financeiras, a Entidade registrou na conta de ajustes de exercícios anteriores o montante líquido de R\$ 642.155,27 em contrapartida as contas do contas a receber, estoques, adiantamento concedidos, outros ativos, imobilizado, fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, recursos públicos a aplicar e receitas diferidas ou a incorrer. O CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro define que um erro de período anterior deve ser corrigido por reapresentação retrospectiva, o que não foi realizado pela Entidade. Desta forma, devido a não reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023, o ativo circulante está apresentado a maior em R\$ 545.031,81, ativo não circulante a menor em R\$ 200.000,00, passivo circulante a menor em R\$ 189.321,20, passivo não circulante a menor em R\$ 107.802,26 e o déficit do exercício a menor em R\$ 642.155,27.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Hospital Santo Antônio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 12 de março de 2025.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 009.921/O-3
Diemerson
do
Nascimento
Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR - 060.422/O-7
CNAI 4878

Assinado digitalmente por Diemerson do Nascimento
NF0 13-Moore CWB-Diemerson do Nascimento - E+dnascimento@moorebrasil.com.br
Hábil: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2025.03.14 11:25:40-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2



Balanco Patrimonial

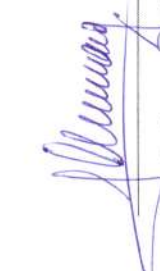
Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	04	809.716,57	1.425.589,57	Fornecedores	11	715.495,87
Contas a receber	05	2.358.923,97	1.579.728,37	Empréstimos e financiamentos	12	2.055.422,74
Estoques	06	576.295,53	608.274,50	Obrigações sociais e trabalhistas	13	2.210.567,63
Adiantamentos concedidos	-	47.982,64	77.342,31	Obrigações fiscais	14	140.520,08
Tributos e contribuições a recuperar	-	698,48	148,67	Adiantamentos de clientes	15	-
Despesas antecipadas	-	9.917,04	9.846,30	Recursos públicos a aplicar	16	183.994,09
Outros ativos	07	4.524,75	111.056,93	Outros passivos	-	144.924,09
		3.808.058,98	3.811.986,65		5.450.924,50	5.242.258,16
Não circulante						
Depósitos judiciais	08	184.772,02	184.672,02	Empréstimos e financiamentos	12	410.081,26
Investimentos	09	104.917,43	91.936,87	Recursos públicos a aplicar	16	223.488,20
Imobilizado	10	11.376.934,90	11.539.158,37	Receitas diferidas ou a incorrer	17	2.589.451,66
Intangível	10	856.553,05	964.547,65	Provisões para contingências	18	143.033,26
		12.523.177,40	12.780.314,91	Outros passivos	-	341.566,42
					3.707.620,80	5.057.278,28
Patrimônio Líquido						
Patrimônio social	19.1			Patrimônio social	19.1	6.292.765,12
Superávits (Déficits) acumulados	19.1			Superávits (Déficits) acumulados	19.1	879.925,96
					7.172.691,08	6.292.765,13
Total do Ativo		16.331.236,38	16.592.301,56	Total do Passivo		16.331.236,38
						16.592.301,56

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.


Rogério Zimmermann Doering
Presidente


Josué Girardi
Tesorero


Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Demonstração do Resultado

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita			
Receitas de serviços	20	30.599.697,15	27.575.372,23
Receitas de subvenções e repasses	21	6.736.561,75	3.631.365,77
Receitas com isenções usufruídas	22	2.679.433,50	2.531.579,62
		40.015.692,40	33.738.317,62
Custo das Atividades Operacionais			
Custo dos serviços prestados	23	(31.142.693,79)	(28.122.192,37)
Custo com isenções usufruídas	22	(2.679.433,50)	(2.531.579,62)
Resultado Bruto Operacional		6.193.565,11	3.084.545,63
Despesas das Atividades Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(4.556.403,01)	(4.608.007,52)
Outras (despesas) e receitas líquidas	-	226.973,47	363.607,30
		(4.329.429,54)	(4.244.400,22)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros		1.864.135,57	(1.159.854,59)
Receitas financeiras	25	8.376,29	121.751,17
Despesas financeiras	25	(350.430,63)	(255.438,93)
		(342.054,34)	(133.687,76)
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício		1.522.081,23	(1.293.542,35)

Demonstração do Resultado Abrangente

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	1.522.081,23	(1.293.542,35)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	1.522.081,23	(1.293.542,35)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.


Rogério Zimmermann Doering
Presidente


Josué Girardi
Tesoureiro


Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.153.009,80	(3.262.909,56)	7.890.100,24
Absorção do déficit ao patrimônio	(3.262.909,56)	3.262.909,56	-
Déficit do exercício	-	(1.293.542,35)	(1.293.542,35)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(303.792,76)	(303.792,76)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.890.100,24	(1.597.335,11)	6.292.765,13
Absorção do déficit ao patrimônio	(1.597.335,11)	1.597.335,11	-
Superávit do exercício	-	1.522.081,23	1.522.081,23
Ajuste de exercícios anteriores	-	(642.155,27)	(642.155,27)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.292.765,12	879.925,96	7.172.691,08

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	1.561.356,26	(235.511,79)
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	1.522.081,23	(1.293.542,35)
Ajustes por:	1.697.630,77	1.301.390,09
. Depreciações e amortizações	1.455.568,84	1.217.567,96
. Juros e variações monetárias	324.292,85	158.730,32
. Resultado na baixa de ativo permanente	4.515,63	-
. Provisão (reversão) de contingências	(86.746,55)	(74.908,19)
Resultado Ajustado	3.219.712,00	7.847,74
Aumento (Redução) nos Passivos:	(501.278,60)	619.167,09
Fornecedores	(43.973,73)	(17.570,92)
Obrigações sociais e trabalhistas	186.598,72	(448.105,37)
Obrigações fiscais	(3.954,68)	38.997,44
Adiantamento de clientes	(509.624,99)	494.230,87
Outras contas a pagar	(130.323,92)	551.615,07
Redução (Aumento) nos Ativos:	(1.157.077,14)	(862.526,62)
Contas a receber	(1.210.929,48)	(928.029,99)
Estoques	26.080,40	205.443,10
Impostos e contribuições a recuperar	(549,81)	7.136,96
Adiantamentos	26.718,73	(27.772,00)
Outros créditos	1.773,76	(107.971,25)
Despesas antecipadas	(70,74)	(1.795,76)
Depósitos judiciais trabalhistas	(100,00)	(9.537,68)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	(1.002.846,96)	(794.424,98)
. Aquisição de imobilizado	(989.866,40)	(594.339,86)
. Aquisição de intangível	-	(189.762,38)
. Aquisição de investimento	(12.980,56)	(10.322,74)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	(1.174.382,30)	271.163,04
. Empréstimos e financiamentos obtidos	5.997.784,06	6.678.612,12
. Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.562.364,14)	(5.841.871,01)
. Recursos públicos a aplicar	(313.028,61)	(244.101,12)
. Receitas a incorrer - imobilizado e custeio	(296.773,61)	(321.476,95)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(615.873,00)	(758.773,73)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.425.589,57	2.184.363,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	809.716,57	1.425.589,57

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Fredrico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

01) Contexto Operacional

O Hospital Santo Antônio, Entidade civil, inscrita no CNPJ 97.577.928/0001-75, sito a Rua Tranquilo Basso, 270, Tapejara, RS, fundada em 02/01/1938, e uma entidade sem fins lucrativos, com seus atos constitutivos transcritos no Livro nº. 03, folhas 58 a 59, sob o nº de ordem 39, arquivados no Ofício do Registro de Pessoas Jurídicas de Passo Fundo/RS. A atual alteração e consolidação do Estatuto Social encontra-se inscrita no Livro A-2, as folhas 26, sob o (nº)126 e averbada sob (nº) 10.126, as folhas 214, no Livro A-8, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Título apontado sob o (nº) 10.356, no Livro A-9, folha 65, em 23/04/2014. O hospital teve sua “Utilidade Pública Municipal” reconhecida pelo Decreto 2.071 de 12 de fevereiro de 1992. Possui certificado de Fins Filantrópicos conforme Resolução 017 de 12 de fevereiro de 1996, publicada no Diário Oficial da União em 15 de fevereiro de 1996 o qual foi expedido pelo CNAS em 03 de abril de 1996. Entre as finalidades da instituição está a manutenção de um Hospital, devendo prestar assistência médico-hospitalar a todos que necessitarem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso. É uma entidade filantrópica, não remunerando seus diretores, conselho fiscal, nem associados, aplicando o Superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias ou inversão patrimonial e aplica suas rendas totalmente no país. Em 2017, em normas estatutárias, foi constituída uma filial, denominada de Farmácia Externa, para venda de materiais, medicamentos e perfumaria que, após remodelagem completa de suas instalações, iniciou as operações em 2018.

01.1) Certificado CEBAS

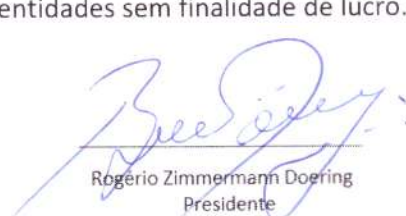
O Hospital Santo Antônio, conforme Diário Oficial Sessão 1 nº 39 de 27 de fevereiro de 2023, possuía o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

Em 27 de outubro de 2023, foi solicitado o pedido de renovação do CEBAS, mediante o protocolo nº 25000.161652/2023-45. Nos dias 14, 26 de dezembro de 2023 foram apresentados os documentos solicitados. Em 15 de fevereiro de 2024, mediante processo de diligência do CEBAS, a Entidade realizou alteração estatutária e em 18 de março de 2024, realizou uma nova juntada de documentos ao protocolo de renovação.

Em 13 de fevereiro de 2025, mediante a portaria SAES/MS Nº 2.544, publicado no diário oficial, obteve o deferimento da renovação do CEBAS, para o período de 3 anos de 01/01/2024 até 31/12/2026.

02) Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**02.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras do Hospital Santo Antônio, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especialmente a ITG 2002, aprovada pela resolução nº 1.409/2012. que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações patrimoniais e de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações a serem divulgadas em nota explicativa para entidades sem finalidade de lucro.



Rogerio Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/O RS

2.2 Declaração de Concordância

A Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2025. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração.

02.2 Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma. Transações em outras moedas, quando aplicável, são convertidos para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento do câmbio e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

02.3 Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas, exceto quando indicado de outra forma.

02.4 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Administração e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

02.4.1 - Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

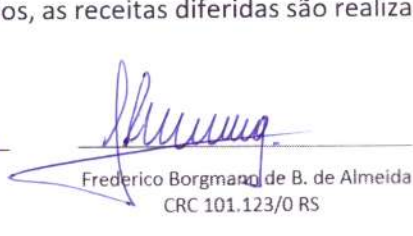
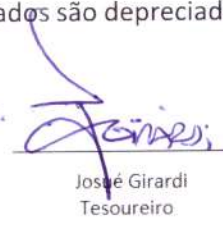
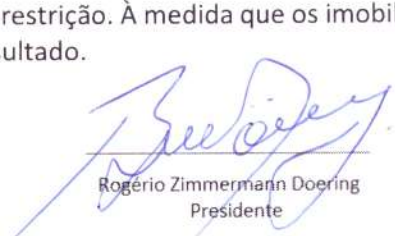
Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável das contas a receber. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a análise histórica de perda, bem como a experiência da Administração.

02.4.2 - Vida útil do Ativo Imobilizado

A estimativa da vida útil aplicada aos bens integrantes do Ativo Imobilizado está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à manutenção e conservação dos bens, bem como alterações na sua utilização. A Administração utiliza taxas de vida útil definidas pela legislação fiscal.

02.4.3 - Receitas diferidas

As estimativas para reconhecimento das receitas são baseadas na taxa de vida útil dos imobilizados com restrição. À medida que os imobilizados são depreciados, as receitas diferidas são realizadas para o resultado.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente

José Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

02.4.4 - Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

03) Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Entidade nessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

a) Ativos Circulantes e Não Circulantes**(i) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

(ii) Contas a Receber

São registradas pelo valor mensal decorrentes da prestação de serviço de atendimentos realizados de consultas e internamentos de pacientes particulares, planos de saúde, e da rede pública pelo repasse para pagamento desses serviços, e são ajustadas por perdas no recebimento, quando aplicável.

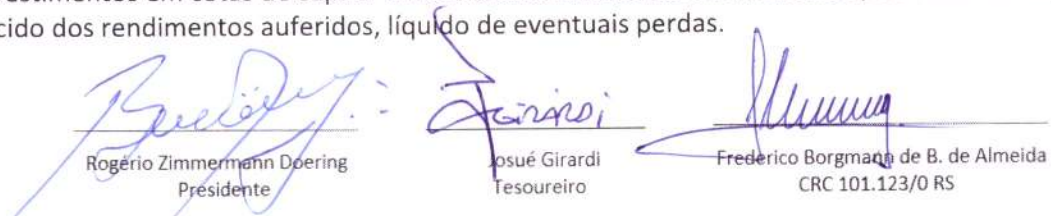
As contas a receber decorrente de convênios, emendas parlamentares, portarias e projetos, são contabilizados na competência em que a entidade adquire o direito do recurso.

(iii) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque pelo “custo médio ponderado”.

(iv) Investimento

Os investimentos em cotas de capital em entidades financeiras são mantidos pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, líquido de eventuais perdas.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

(v) Imobilizado e Intangível

São avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação ou amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos necessários para que o item específico esteja em condições para seu uso pretendido.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem benefícios econômicos futuros para a Entidade. Caso contrário, são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é reconhecida de maneira a alocar o valor depreciável dos ativos durante suas respectivas vidas úteis. O método de depreciação utilizado é linear.

A depreciação ou amortização se iniciam quando os ativos estão nas condições de uso pretendidas pela Administração e cessam quando os ativos são desreconhecidos ou classificados como ativo mantido para venda. Um item do imobilizado é desreconhecido quando for vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

Anualmente a Administração avalia se existe indicativo de que os ativos imobilizados estejam desvalorizados. Em caso positivo é apurado o valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas com a venda). Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil líquido, uma perda deve ser reconhecida (*impairment*).

(vi) Demais ativos

Estão demonstrados ao valor de realização, que inclui, quando aplicável, os rendimentos, desvalorizações e variações monetárias e/ou cambiais auferidos até a data do balanço.

b) Passivos Circulantes e Não Circulantes

(i) Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da entidade, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

(ii) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, e menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

(iii) Provisões para contingências

Quando aplicável, são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e, somente quando se possa fazer uma estimativa confiável dos valores envolvidos. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Entidade. As ações cujo prognóstico é possível perda, é apresentado em nota explicativa e não é requerido o registro contábil.

(iv) Recursos públicos a aplicar (Subvenções)

Correspondem a recursos públicos recebidos a título de subvenção governamental, que serão utilizados conforme os termos dos convênios, emendas e portarias. Os valores recebidos são acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira enquanto os recursos não são utilizados. A medida em que os recursos forem utilizados, ocorrem a realização da receita da subvenção, em face ao custo e despesas geradas e pagas com esse recurso.

(v) Receitas diferidas

Correspondem a recursos públicos recebidos cuja finalidade é a aquisição de ativos imobilizados. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamental, as receitas e despesas são registradas no mesmo momento, dessa forma as receitas diferidas são realizadas ao longo da vida útil do ativo imobilizado denominado de (Imobilizado com restrição), adquiridos com esses recursos.

(vi) Demais passivos

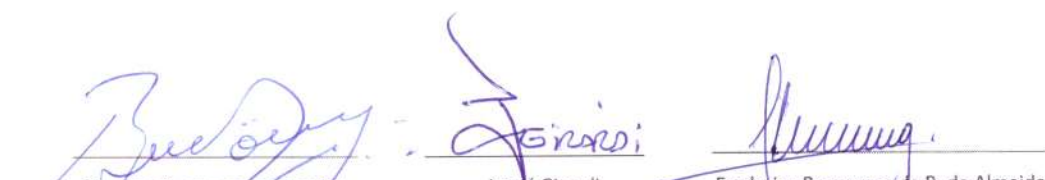
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

c) Resultado do Exercício

É apurado observando o regime de competência.

As receitas provenientes da manutenção dos serviços de assistência médico-hospitalar (SUS), originadas pelas internações, são registradas com base nos serviços prestados na competência do envio do protocolo do paciente. No entanto, esse envio nem sempre ocorre no mesmo mês em que os custos de manutenção dos serviços são incorridos. As possíveis distorções que esses fatores podem causar na apuração do resultado de cada período não têm relevância significativa.

Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações são reconhecidas no resultado, na competência que ocorreram.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Fredetico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

d) Resultado Abrangente

O resultado abrangente está apresentado conforme NBC TG 1000 (R1) seção 5.

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Preparada pelo método indireto e apresentada conforme NBC TG 1000 (R1) seção 7.

03.1) Instrumentos Financeiros

A Entidade não opera costumeiramente com instrumentos financeiros derivativos. Na data do balanço, utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando for mantido para negociação ou designado como tal no reconhecimento inicial. Todos os instrumentos financeiros derivativos são classificados obrigatoriamente nesta categoria. A Entidade não opera com derivativos. Estes ativos devem ser mensurados pelo valor justo com contrapartida no resultado do exercício, não existindo necessidade de realização de teste para avaliar uma eventual perda no valor recuperável (PECLD).

b) Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros não foram classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Estes são reconhecidos pelo custo amortizado pela taxa efetiva de juros. Dentro desta categoria a Sociedade possui os “Empréstimos e Financiamentos”, “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar”.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores estão registrados ao valor de mercado, na data da demonstração financeiras, acrescidos dos rendimentos financeiros.

d) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto prazo e ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida de contas a receber.

e) Outras Contas

Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente e seus valores prováveis de realização a valores de mercado de 31 de dezembro.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

04) Caixa e Equivalentes de Caixa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	20.492,50	48.378,60
Bancos contas correntes - Sem restrição	04.1	780.477,18	749.745,79
Bancos contas correntes - Com restrição	04.2	1.412,96	130.187,39
Aplicações financeiras de liquidez imediata - Sem restrição	04.1	-	385.335,88
Aplicações financeiras de liquidez imediata - Com restrição	04.2	7.333,93	111.941,91
		809.716,57	1.425.589,57

04.1 Bancos contas correntes e aplicações financeiras - Sem restrição

Correspondem a valores mantidos em bancos conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus.

As aplicações financeiras possuem rendimentos variáveis remunerados pela CDI.

04.2 Bancos contas correntes e aplicações financeiras - Com restrição

Correspondem a valores mantidos em bancos conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata originários do recebimento de subvenções governamentais. Os recursos serão utilizados conforme os termos dos contratos de convênio, portarias e emendas. Os recursos recebidos enquanto não utilizados são mantidos em disponibilidades em contrapartida ao passivo circulante e não circulante na conta de Recursos Públicos a Realizar, conforme nota 16.

As aplicações financeiras possuem rendimentos variáveis remunerados pela CDI.

05) Contas a Receber

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber	-	67.276,33	95.941,43
Créditos de convênios	05.1	1.728.710,46	1.185.149,01
Cartão de crédito	05.2	340.764,18	143.938,92
Subvenções a receber	05.3	222.173,00	154.699,01
		2.358.923,97	1.579.728,37

05.1 Créditos de convênios - Correspondem a valores a receber de convênios, decorrentes de diárias de internamento atendimentos por consultas de clínico geral e de especialistas, exame entre outros.

05.2 Cartão de crédito - Refere-se aos créditos a receber das operadoras de cartão de crédito, provenientes da venda de medicamentos, consultas, exames cirurgias entre outros, realizados por meio dessa modalidade de recebimento.

05.3 Subvenções a receber - Está representado por convênios e emendas parlamentares que até a data das demonstrações financeiras não haviam sido recebidos.





Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesorero

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

06) Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais de consumo		
Ortese e prótese	60.894,61	66.476,04
Material de expediente	28.418,03	46.617,82
Consumo clínico	10.332,77	38.516,08
Tecido e roupa	19.058,30	32.532,97
Higiene e limpeza	20.829,15	22.587,00
Outros materiais	63.923,52	38.389,03
Farmácia interna		
Medicamentos	160.866,33	133.412,31
Materiais	133.123,22	147.811,63
Farmácia externa		
Medicamentos e materiais da farmácia externa	78.820,33	77.281,96
Outros		
Devoluções	29,27	4.649,66
	576.295,53	608.274,50

Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição, que não superam o valor de mercado na data de 31 de dezembro de 2024. A baixa dos estoques ocorre na competência da sua utilização e o valor é determinado pela média ponderada.

07) Outros Ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis a receber	2.724,75	3.603,51
Cheques recebidos a apresentar	1.800,00	107.061,01
Troco solidário a receber	-	392,41
	4.524,75	111.056,93

08) Depósitos Judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais trabalhistas	180.002,02	179.902,02
Depósitos judiciais - Clientes pessoa física	4.770,00	4.770,00
	184.772,02	184.672,02

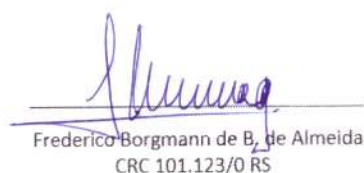
Representado por depósitos judiciais decorrentes de processos trabalhistas e cíveis em que a Entidade é polo passivo "reclamanda" no processo.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

09) Investimento

	31/12/2024	31/12/2023
Quotas de capital Sicredi	103.856,67	91.172,90
Cia Riograndense de Telecomunicações - CRT	532,69	532,69
Quotas de capital Sicoob	528,07	231,28
	104.917,43	91.936,87

Os investimentos mantidos são decorrentes de quotas de capital com cooperativas de crédito, em que a Entidade possui contas correntes e de aplicação financeira, para movimentar os seus recursos.

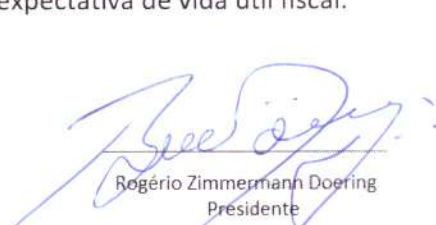
10) Imobilizado e Intangível

	31/12/2024		31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	% (*)
Imobilizado					
Sem Restrição					
Terrenos	200.000,00	-	200.000,00	-	-
Edificações e instalações	7.150.099,27	(1.665.493,02)	5.484.606,28	4.998.511,09	4%
Veículos	44.086,00	(44.086,00)	-	-	20%
Máquinas e equipamentos	7.097.178,28	(4.846.406,31)	2.250.771,97	2.131.615,12	10%
Móveis e utensílios	2.170.517,80	(1.628.862,56)	541.655,24	646.266,86	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.886,03	-	3.886,03	3.886,03	4%
Computadores e periféricos	1.029.766,94	(727.791,24)	301.975,70	334.042,45	20%
Com Restrição					
Edificações e instalações	635.842,52	(70.056,48)	565.786,04	591.219,92	4%
Máquinas e equipamentos	2.446.416,72	(924.779,47)	1.521.637,25	1.749.241,26	10%
Móveis e utensílios	609.295,17	(222.767,64)	386.527,53	446.406,93	10%
Computadores e periféricos	134.433,02	(18.932,18)	115.500,84	26.871,10	20%
Construções em andamento					
Sem Restrição					
Reforma do prédio do hospital em curso	-	-	-	102.151,83	-
Reforma predial hospital adm em curso - Próprio	-	-	-	54.414,75	-
Obra agência BRA Agência Transfusional - CD 2021	-	-	-	93.214,82	-
Reforma Un. tratamento diferenciado, lactário 2021	-	-	-	76.313,72	-
Obra própria em curso 90.005.17314/79	-	-	-	280.730,49	-
Reforma saúde mental 2021	-	-	-	4.272,00	-
Obra entrada emergência	-	-	-	-	-
Consórcio	4.588,02	-	4.588,02	-	-
	21.526.109,77	(10.149.174,90)	11.376.934,90	11.539.158,37	
Intangível					
Sem Restrição					
Softwares	1.076.945,11	(223.392,06)	853.553,05	961.547,65	10%
Logomarcas e patentes	3.000,00	-	3.000,00	3.000,00	-
	1.079.945,11	(223.392,06)	856.553,05	964.547,65	

(*) - Taxas anuais de depreciação / amortização.

O ativo imobilizado da Entidade está mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear e as taxas foram determinadas com base na expectativa de vida útil fiscal.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

A Administração não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*Impairment*).

Apresenta-se a seguir a movimentação do ativo imobilizado e intangível, ocorridas durante o exercício de 2024:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado						
Sem Restrição						
Terrenos	-	200.000,00	-	-	-	200.000,00
Edificações e instalações	4.998.511,06	20.608,27	-	745.633,48	(280.146,53)	5.484.606,28
Veículos	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.131.615,12	607.681,05	-	29.440,00	(517.964,20)	2.250.771,97
Móveis e utensílios	646.266,86	96.085,29	8,89	(49.999,00)	(150.706,80)	541.655,24
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.886,03	-	-	-	-	3.886,03
Computadores e periféricos	334.042,45	27.421,85	155,48	(4.288,02)	(55.356,06)	301.975,70
Com Restrição						
Edificações e instalações	591.219,92	-	-	-	(25.433,88)	565.786,04
Máquinas e equipamentos	1.749.241,26	1.474,08	(4.680,00)	20.240,00	(244.638,09)	1.521.637,25
Móveis e utensílios	446.406,93	1.002,00	-	-	(60.881,40)	386.527,53
Computadores e periféricos	26.871,10	96.470,00	-	4.607,02	(12.447,28)	115.500,84
Construções em andamento						
Sem Restrição						
Reforma do prédio do hospital em curso	102.151,83	68.177,70	-	(170.329,53)	-	-
Reforma predial hospital adm em curso - Próprio	54.414,75	-	-	(54.414,75)	-	-
Obra agência BRA Agência Transfusional - CD 2021	93.214,82	-	-	(93.214,82)	-	-
Reforma Un. tratamento diferenciado, lactário 2021	76.313,72	-	-	(76.313,72)	-	-
Obra própria em curso 90.005.17314/79	280.730,49	-	-	(280.730,49)	-	-
Reforma saúde mental 2021	4.272,00	1.622,00	-	(5.894,00)	-	-
Obra entrada emergência	-	64.736,17	-	(64.736,17)	-	0,00
Consórcio	-	4.588,02	-	-	-	4.588,02
	11.539.158,34	1.189.866,43	(4.515,63)	(0,00)	(1.347.574,24)	11.376.934,90
Intangível						
Sem Restrição						
Softwares	961.547,65	-	-	-	(107.994,60)	853.553,05
Logomarcas e patentes	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
	964.547,65	-	-	-	(107.994,60)	856.553,05

Os bens do ativo imobilizado identificados como “Com Restrição”, foram adquiridos com recurso de subvenção governamental. A medida em que a despesa de depreciação é calculada e registrada no resultado do exercício como despesa, as receitas de subvenções a apropriar, são registradas igualmente.

Esses bens possuem restrição de uso, venda, baixa e transferência de propriedade, conforme os termos de cada convênio.

Construções em andamento

Representado por reformas prediais realizadas pela Entidade. Os gastos com materiais, mão de obra, taxas, e outros relacionados a essas obras, foram registradas como construções em andamento. Até 31 de dezembro de 2024, todas as obras foram finalizadas e transferidas para Edificações e Instalações. O início da depreciação desses bens será realizado no início de 2025.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



José Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

Terrenos

Até o exercício de 2024, os terrenos de propriedade da Entidade não estavam registrados contabilmente. No decorrer do exercício de 2024, a administração realizou um levantamento completo das matrículas de propriedade do hospital, com o objetivo de regularizar o registro contábil e manter um controle patrimonial adequado sobre esses bens. Em decorrência desse levantamento, foi deliberado pela administração a atribuição de um valor simbólico para o registro contábil dos terrenos, uma vez que será contratado uma consultoria especializada para levantamento específico quanto ao valor de mercado dos terrenos, e seus respectivos reflexos nos registros contábeis.

O valor total estipulado para todos os terrenos foi de R\$ 200.000,00, correspondentes a 16 matrículas. A atribuição do valor foi realizada individualmente por metro quadrado, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Endereço	Matrícula	Área total m2	Valor Atribuído R\$
Terrenos com a construção do hospital				
Cinco lotes de terra .	Rua Tranquilo Basso, nº 21, 23, 25, 27 e 29 ...	10.332	4.000	45.282,32
Uma área urbana	Rua Coronel Lolico	15.225	1.400	15.848,81
Uma área urbana	Rua Dr. Verguelheiro	15.227	4.000	45.282,32
Em terreno rural	Rua Onze de julho	Sem matrícula	600	6.792,35
			10.000	113.205,80
Terreno em frente ao hospital (Estacionamento)				
Um lote Urbano	Rua Tranquilo Basso, nº 210	18.287	1.600	18.112,93
			1.600	18.112,93
Terrenos ao lado do hospital				
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-A	15.240	737,5	8.348,93
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-B	15.241	708,4	8.019,50
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-C	15.242	558	6.316,88
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-D	15.243	413,85	4.685,02
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-E	15.244	403	4.562,19
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-F	15.245	387,5	4.386,72
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-G	15.246	403	4.562,19
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-H	15.247	413,85	4.685,02
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-I	15.248	558	6.316,88
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-J	15.249	708,40	8.019,50
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-K	15.250	775,44	8.778,43
			6.067	68.681,28
			17.667	200.000,00

11) Fornecedores

Valores a pagar decorrentes de contratação/aquisição de produtos e serviços, para manutenção das atividades operacionais da Entidade. Os títulos possuem vencimentos no início do exercício de 2025, e serão liquidados conforme o seu vencimento.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

12) Empréstimos e financiamentos

Instituição	(*)	31/12/2024	31/12/2023	Taxa a.m	Último Vencimento	Garantias
Sicred	1	50.000,00	1,00	0,50%+CDI	09/2026	-
Sicoob	1	1.234.000,00	1.000.000,00	0,59 e 0,39%+CDI	02/25 e 10/2025	Aval
Sicred	2	-	222.548,34	0,35%+CDI	02/2023	-
Sicoob	3	445.212,12	-	0,35%+CDI	07/2029	Bens financiados
Caixa Hospitais FGTS	2	736.291,88	1.344.206,53	0,65% + TR	12/2025	Recebíveis
		2.465.504,00	2.566.755,87			
Passivo Circulante		2.055.422,74	1.321.127,74			
Passivo Não Circulante		410.081,26	1.245.628,14			
		2.465.504,00	2.566.755,87			

(*) 1 Conta Garantia Crédito Rotativo / 2 Capital de Giro / 3 Financiamentos

Apresentamos a seguir a movimentação do exercício de 2024:

	(*)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Juros	Saldo em 31/12/2024
Sicred	1	1,00	3.160.055,91	(3.126.397,23)	16.340,32	50.000,00
Sicoob	1	1.000.000,00	2.431.143,19	(2.349.371,19)	152.228,00	1.234.000,00
Sicred	2	222.548,34	-	(222.548,34)	-	-
Sicoob	3	-	482.640,88	(66.650,06)	29.221,30	445.212,12
Caixa Hospitais FGTS	2	1.344.206,53	62.979,43	(797.397,32)	126.503,23	736.291,87
		2.566.755,87	6.136.819,41	(6.562.364,14)	324.292,85	2.465.504,00

(*) 1 Conta Garantia Crédito Rotativo / 2 Capital de Giro / 3 Financiamento

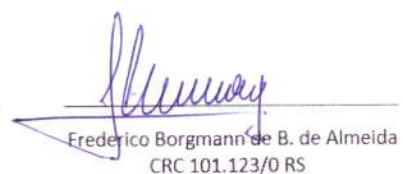
Os empréstimos contratados não contêm cláusulas de restrições financeiras (covenants), dessa maneira não estão sujeitos a vencimentos antecipados.

13) Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar e rescisão	715.852,31	829.503,37
INSS retido a recolher	63.653,48	67.240,67
FGTS	111.401,60	99.243,15
Provisão de férias e encargos	1.269.786,29	1.036.069,79
Autônomos a pagar	48.728,50	47.596,16
Outras obrigações	1.145,45	7.931,14
	2.210.567,63	2.087.584,28


Rogério Zimmermann Doering
Presidente


Josué Girardi
Tesorero


Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

14) Obrigações fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
PIS, COFINS e CSLL retido a recolher	28.844,38	35.676,12
ISS retido a recolher	2.259,08	6.792,53
IRRF a recolher	108.453,67	101.516,55
ICMS a recolher	962,95	942,19
	140.520,08	144.927,39

15) Adiantamento de clientes

Representado por recebimentos antecipados que no exercício de 2023 estavam no processo de identificação e compensação. Durante o exercício de 2024 esses adiantamentos foram compensados e baixados. Em 31 de dezembro de 2024, não existem adiantamentos recebidos.

16) Recursos públicos a aplicar

	31/12/2024	31/12/2023
Piso enfermagem	180.396,37	51.584,59
Subvenções portarias	227.085,92	311.484,00
Subvenções convênios	-	237.172,77
	407.482,29	600.241,36
Passivo Circulante	183.994,09	351.951,00
Passivo Não Circulante	223.488,20	248.290,36
	407.482,29	600.241,36

São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta do fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também, toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade contabiliza as subvenções governamentais de acordo com a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, em que as doações, subvenções e contribuições para custeio e imobilizado são contabilizadas em contas do passivo até serem utilizadas e registradas ao resultado.

Apresentamos a seguir, a movimentação ocorrida durante o exercício de 2024:





Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

	Data do receb.	Valor Recebido	Estorno provisão ou devolução	Juros incorridos	Contra Parte (*)	Recursos Utilizados				Saldo 31/12/2024
						2020	2021	2022	2023	
Emendas Parlamentares										
Emendas 1829 e 1938	2022	350.010,00	-	-	-	-	-	-	(346.889,16)	(1.805,64)
Emendas 1263	2021	767.000,00	-	-	106,46	(510.180,73)	(135.306,85)	(96.471,95)	(25.146,93)	-
Emenda 751 e 812	2020	200.000,00	-	-	796,78	-	(151.803,05)	(48.993,73)	-	-
Emenda 3412	2022	100.000,00	-	-	3.168,48	(75.868,48)	(14.375,00)	(12.925,00)	-	-
Emenda 4207 - 4122	2022	500.000,00	-	-	-	-	(280.201,14)	(208.681,27)	(11.117,59)	-
Emenda 1301	11/2023	100.000,00	-	-	5.489,63	-	-	(86.289,63)	(19.200,00)	-
Emenda 726 e 957	2020	500.000,00	-	-	-	(258.036,50)	(119.914,12)	(24.310,00)	(42.469,36)	-
Portarias										
Portaria 1011	2023	633.623,34	-	-	-	-	-	(633.623,34)	-	-
Portaria 999	09/2023	100.000,00	-	-	0,77	-	-	(43.965,42)	(56.035,35)	-
Portaria 824	08/2023	100.000,00	-	-	8,62	-	-	(100.008,62)	-	-
Portaria 579 - Inverno gaúcho	07/2023	90.000,00	-	-	81,80	-	-	(90.081,80)	-	-
Portaria 96	2023	438.675,04	-	-	25,44	-	-	(438.700,48)	-	-
Portaria 2.740/2023	2024	800.000,00	-	-	-	-	-	-	(800.000,00)	-
Portaria 3.604/2024	2024	50.000,00	-	-	18,30	-	-	-	(50.018,30)	-
Portaria 3.626/2024	2024	1.150.000,00	-	-	69,16	-	-	-	(1.150.069,16)	-
Portaria 3.666/2024	2024	1.500.000,00	-	-	28,24	-	-	-	(1.500.028,24)	-
Portaria 4078/2024 Incremento temporário	2024	250.000,00	-	-	10,82	-	-	-	(250.010,82)	-
Portaria 4779/2024 Enf. das enchentes 2024	2024	292.352,94	-	-	-	-	-	-	(292.352,94)	-
Portaria 4306/2024 (Leitos calamidade)	2024	270.000,00	-	-	11,13	-	-	-	(270.011,13)	-
Portaria 5767/2024 Inc. Finan. aos Hosp. Filant.	2024	169.848,38	-	-	47,20	-	-	-	(169.895,58)	-
Convênios										
Convênio 4379	2022	100.000,00	(13.320,00)	6.643,50	16.971,25	-	-	(58.900,00)	(51.394,75)	-
Convênio 946530 SICONV	2023	222.173,00	-	-	-	-	-	-	-	222.173,00
Convênio 898156 SICONV	2020	100.000,00	(2.528,00)	-	-	-	-	-	(97.472,00)	-
Convênio 914633 SICONV	2021	250.000,00	(54.699,01)	-	-	-	(93.050,99)	(102.250,00)	-	(0,00)
Projeto e Outros										
Projeto SICOOB	2023	5.000,00	-	-	0,42	-	-	(5.000,42)	-	-
Projeto central do dízimo	2023	191.553,28	-	-	-	-	-	(191.553,28)	-	-
Nota fiscal gaúcha	07/2023	4.967,80	-	-	44,02	-	-	(1.851,36)	(3.160,46)	-
Piso da enfermagem	2023/2024	2.432.553,81	-	-	-	-	-	(834.993,16)	(1.417.164,28)	180.396,37
Portaria 301/2024 (retaguarda de desastres)	2024	200.000,00	-	-	84,40	-	-	-	(200.084,40)	-
Nota fiscal gaúcha 2024	2024	5.983,98	-	-	228,36	-	-	-	(6.212,34)	-
Nota fiscal gaúcha 79/2024	2024	3.597,72	-	-	-	-	-	-	-	3.597,72
		11.877.339,29	(70.547,01)	6.643,50	27.191,28	(258.036,50)	(705.963,33)	(730.007,05)	(3.325.488,62)	(6.413.649,27)
										407.482,29

(*) Corresponde a contrapartida com recursos do hospital conforme termos do convênio ou por deliberação da administração.


Rogério Zimmermann Doering
Presidente


Josué Girardi
Tesorero


Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

17) Receitas diferidas a incorrer

Correspondem a recursos recebidos a título de subvenção, já utilizados financeiramente para aquisição do ativo imobilizado mediante os termos dos convênios firmados. Conforme mencionado na nota explicativa 10 (Imobilizado e intangível), à medida em que os bens com restrição são depreciados, as receitas diferidas serão realizadas pelo reconhecimento da receita no resultado do exercício.

18) Provisões para contingências

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Sociedade é polo passivo em ação cível e trabalhistas cujo prognóstico foi classificado como sendo de perda provável e possível, conforme apresentamos a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023
Processos Prováveis (Contabilizados)		
Contingências cíveis	143.033,26	229.779,81
	143.033,26	229.779,81
Processos Prováveis (Não Contabilizados)		
Contingências cíveis	630.686,78	424.467,66
Contingências trabalhistas	7.259,70	-
	637.946,48	424.467,66
Processos Possíveis		
Contingências cíveis	876.485,00	834.125,00
Contingências trabalhistas	1.039.355,92	913.412,79
	1.915.840,92	1.747.537,79

As ações que possuem prognóstico de perda provável, estão provisionadas na contabilidade na data base de 31/12/2024, exceto o valor de R\$ 637.946,70, que a administração optou por não provisionar até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

As ações cujo prognóstico é possível perda, serão confirmadas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade, neste caso, conforme determina a NBC TG 1000 (R1) Seção 21, não é requerido o registro passivo dos valores envolvidos.

A administração contratou um novo escritório de advocacia especializado para assumir a gestão dos processos cíveis e trabalhistas. Atualmente, o escritório está realizando um levantamento detalhado dos andamentos processuais e conduzindo uma análise aprofundada de cada caso. Com base nesses estudos, a administração espera que, para parte dos processos em andamento, haja uma redução nos valores estimados de perdas prováveis ou até mesmo a possibilidade de êxito nas ações, o que resultaria na diminuição dos gastos com o pagamento de acordos ou condenações judiciais.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

19) Patrimônio líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	6.292.765,12	7.890.100,24
Superávit (Déficit) do exercício	936.100,71	(1.597.335,11)
	7.172.691,08	6.292.765,13

O Patrimônio Líquido está apresentado em valores originais e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit ou déficit) ocorrido em exercícios anteriores.

No exercício de 2024, foi realizado lançamento referente ajuste de exercícios anteriores no valor líquido negativo de R\$ 642.155,27 (R\$ 303.792,76 negativo no exercício de 2023), referente a ajustes de saldos em diversas contas do balanço, tais como: contas a receber, estoques, adiantamentos, outros ativos, imobilizado, fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas, subvenções governamentais e receitas diferidas ou a apropriar.

Resultado do exercício – Incorporação ao Patrimônio Social

O Déficit do exercício de 2022, no valor de R\$ 3.201.085,17 acrescidos dos Ajuste de exercício anterior de R\$ 61.824,39, totalizando o valor de R\$ 3.262.909,56, foi absorvido ao patrimônio social durante o exercício de 2023, após a Assembleia Geral ocorrida em 30/03/2023 que aprovou as demonstrações financeiras.

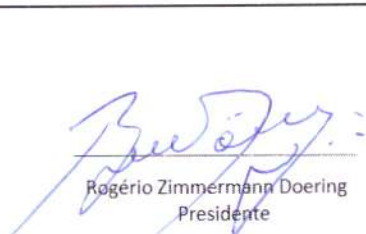
O Déficit do exercício de 2023, no valor de R\$ 1.293.542,35 acrescidos dos Ajuste de exercício anterior de R\$ 303.792,76, totalizando o valor de R\$ 1.597.335,11, foi absorvido ao patrimônio social durante o exercício de 2024, após a Assembleia Geral ocorrida em 26/04/2024 que aprovou as demonstrações financeiras.

O superávit do exercício de 2024, foi no valor de R\$ 1.407.657,75.

20) Receita de Serviços

A seguir apresentamos a composição das receitas de serviços:

	31/12/2024	31/12/2023
Particular		
Diárias de interação	716.298,24	603.000,26
Taxas particular, ambulatorial, prontuário e outros	619.026,61	381.812,38
Procedimentos clínicos e cirúrgicos	923.150,12	957.321,50
Exames tomografia, ultrasson, laboratório e outros	2.000.053,27	1.759.073,60
Material, medicamentos, órtese e prótese	700.791,50	549.183,33
Taxa de consultório e procedimentos especialidades	225.803,00	161.711,00
Outras receitas particulares	60.434,91	54.447,60
(-) Deduções e descontos	(129.545,87)	(125.315,23)
	5.116.011,78	4.341.234,44
		Continua



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

Continuação

SUS

Ambulatorial	2.197.379,76	2.089.247,06
Internamento	1.519.984,18	1.766.087,44
Tomografia, densitometria e ressonância	375.818,21	325.865,21
Incentivos federais e estaduais	7.133.720,57	6.373.463,64
Outras receitas SUS	-	76.771,50
(-) Deduções e descontos	(267.060,54)	(444.002,10)
	10.959.842,18	10.187.432,75

Convênios (Plano de Saúde)

Diárias de internação	848.505,60	242.974,57
Taxas particular, ambulatorial, prontuário e outros	277.154,70	225.530,07
Exames tomografia, ultrasson, laboratório e outros	771.430,87	618.069,30
Material, medicamentos, órtese e prótese	808.610,50	848.286,96
Taxa de consultório e procedimentos especialidades	93.039,62	63.702,56
Outras receitas particulares	124.018,10	74.538,18
(-) Deduções e descontos	(138.037,78)	(187.364,63)
	2.784.721,61	1.885.737,01

Incentivos Municipais

Convênio pronto atendimento com prefeituras	4.768.845,76	4.788.283,32
Complementação convênio prefeituras	682.479,66	940.875,52
	5.451.325,42	5.729.158,84

Tapcard

Mensalidades	3.638.543,40	3.638.811,38
Atendimentos	1.070.143,06	772.605,14
Outras receitas	490.488,63	6.878,95
	5.199.175,09	4.418.295,47

HSACard

Mensalidades	37.748,00	-
Atendimentos	104.909,42	-
	142.657,42	-

Venda

Venda de medicamentos farmácia externa	966.770,58	1.036.123,46
(-) ICMS sobre vendas	(20.806,93)	(22.609,74)
	945.963,65	1.013.513,72

Receita Líquida das Atividades - Serviços

	30.599.697,15	27.575.372,23
--	----------------------	----------------------

Da aplicação de recursos em assistência à saúde – Faturamento

A Entidade no atendimento a seus objetivos e em conformidade a Lei 12.101 de 27/11/2009 Art. 4º, ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A quantidade de atendimentos ambulatoriais e internações de paciente/dia ao SUS no ano de 2024 e 2023, conforme novos parâmetros adotados pela Portaria do Ministério da Saúde N° 1970, de 16 de agosto de 2011, cumpre o mínimo exigido pela legislação em vigor, conforme demonstrado a seguir:





Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

	2024	2023
Internações		
Total atendimentos dia SUS	7.648	8.485
Total atendimentos dia não SUS	7.710	7.141
Soma das internações - No ano	15.358	15.626
% Internações SUS	49,80%	54,30%
Ambulatorial		
Total atendimentos dia SUS	238.170	41.144
Total atendimentos dia não SUS	15.825	6.875
Soma dos atendimentos ambulatoriais no ano	253.995	48.019
% Atendimentos Ambulatoriais SUS (*)	10,00%	10,00%
Outras Ações		
Atenção obstétrica e neonatal	1,50%	1,50%
Atenção a urgências e emergências	1,50%	1,50%
Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas	1,50%	1,50%
% Total de Atendimentos a Pacientes pelo SUS	64,30%	68,80%

(*) Os atendimentos ambulatoriais realizados pelo SUS no ano de 2024 foi de 93,77% em relação aos atendimentos particulares ou por convênios, porem para fins de comprimento do % mínimo conforme a lei, a Entidade utiliza 10%.

Informamos que, a partir do ano de 2024, definiu-se que nos atendimentos denominados "ambulatoriais SUS e NÃO SUS", foram considerados todos os atendimentos ambulatoriais, inclusive de pacientes oriundos do Centro de Diagnóstico, o qual chamamos de atendimentos "externos". Nos anos anteriores na categoria ambulatorial, considerava-se somente pacientes que realizavam procedimentos ambulatoriais e atendimentos de consultas/urgência e emergência. Dessa forma, a mudança de critério para apresentação, resultou em aumentos significativamente nas quantidades apresentadas no ano de 2024 em comparação com o ano de 2023.

21) Receita de Subvenções

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Subvenções			
Subvenções - Imobilizado	21.1	343.400,65	321.476,95
Subvenções - Custeio	21.2	3.793.689,25	2.474.895,66
Piso da enfermagem	21.3	1.417.164,18	834.993,16
Receita de portarias	21.4	1.182.307,67	-
		6.736.561,75	3.631.365,77

21.1 Subvenções – Imobilizado - Conforme mencionado na nota 17, essas receitas são apropriadas à medida em que os ativos imobilizados com restrição são depreciados, dessa maneira as receitas e despesas de depreciação são registradas no resultado em montantes equivalentes, respeitando o regime de competência, conforme determina as normas contábeis.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

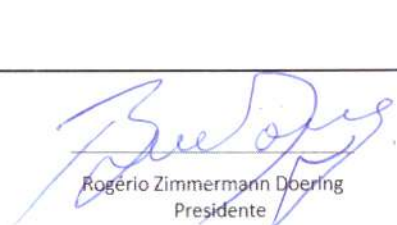
21.2 Subvenções – Custeio - Conforme mencionado na nota 16, essas receitas são apropriadas à medida em que os recursos são utilizados conforme determina as portarias e convênios.

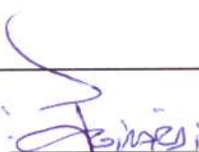
21.3 Piso da enfermagem - A Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, instituiu o Piso Nacional da Enfermagem, para enfermeiras(os), técnicas(os), auxiliares de enfermagem e parteiras. A partir do mês de setembro de 2023 com efeitos retroativos à junho, a Entidade passou a receber recursos do Governo para complemento do piso salarial desses profissionais, dessa maneira esses recursos são registrados como receitas e despesas nas competências das respectivas folhas de pagamento.

21.4 Receita portarias – As receitas oriundas de repasses de portarias no exercício de 2024 foram: Portaria 301/2024 (Retaguarda de Desastres); Portaria 4078/2024 (Incremento Temporário); Portaria 4306/2024 (Leitos Calamidade); Portaria 4779/2024 (Enfrentamento das Enchentes 2024); Portaria 5767/2024 (Incentivo Financeiro aos Hospitais Filantrópicos), totalizando o valor de R\$ 1.182.307,67.

22) Custos dos serviços prestados

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e medicamentos			
Antibióticos e medicamentos controlados	-	(420.500,70)	(425.988,10)
Soros	-	(287.165,76)	(326.811,60)
Despesas com OPME	-	(506.285,12)	(356.874,34)
Material de uso no paciente - reembolsável	-	(891.525,85)	(824.759,68)
Drogas e medicamentos	-	(563.933,21)	(559.125,62)
Outros materiais e medicamentos	-	(297.807,00)	(286.391,85)
		(2.967.217,64)	(2.779.951,19)
Despesas com Pessoal			
Salários, encargos trabalhistas e outros	-	(13.139.572,81)	(12.633.823,98)
Salário - Piso enfermagem	21.3	(1.417.164,18)	(834.993,16)
		(14.556.736,99)	(13.468.817,14)
Serviços de Terceiros			
Serviço de processamento de dados	-	(408.302,61)	(413.976,48)
Serviços de manutenção de máquinas e equipamentos.	-	(271.194,04)	(148.791,15)
Serviços laboratórios de terceiros - PJ	-	(437.588,48)	(373.755,36)
Serviços de qualificação radiológica- PJ	-	(120.957,02)	(631.920,47)
Serviços de vigilância e monitoramento	-	(444.073,70)	(321.633,20)
Prestação de serviços de administração hospitalar	-	(264.128,68)	(104.318,80)
Outros serviços	-	(680.011,87)	(371.767,73)
		(2.626.256,40)	(2.366.163,19)
Repassse serviços médicos - Pessoa Jurídica			
Serviços médicos pronto atendimento- PJ	-	(6.654.339,21)	(3.191.729,38)
Serviços médicos SUS por AIH - PJ	-	(165.543,39)	(1.369.490,49)
Serviços de anestesiologia- PJ	-	-	(606.861,00)
Repasses em outras especialidades, planos, consultas e outros	-	(3.005.049,72)	(2.719.832,28)
		(9.824.932,32)	(7.887.913,15)
Repassse serviços médicos - Pessoa Física			
Serviços médicos pronto atendimento- PF	-	(435.413,15)	(595.858,39)
Repasses para autônomos RPA outras especialidades e outros	-	(86.527,36)	(263.393,44)
		(521.940,51)	(859.251,83)
CMV - Farmácia externa			
Medicamentos e materiais da farmácia externa	-	(645.609,93)	(760.095,87)
		(645.609,93)	(760.095,87)
		(31.142.693,79)	(28.122.192,37)


Rogério Zimmermann Doering
Presidente


Josué Girardi
Tesoureiro


Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

Os custos dos serviços prestados estão representados por gastos com honorários profissionais, despesas com folha de pagamento de todos os (colaboradores ou empregado) que prestam serviço com vínculo empregatício e outros custos gerais que são essenciais para o pleno funcionamento das operações da Entidade, que é a prestação de serviços médicos.

23) Receitas e Custo com Isenções Usufruídas

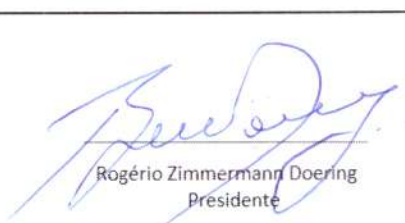
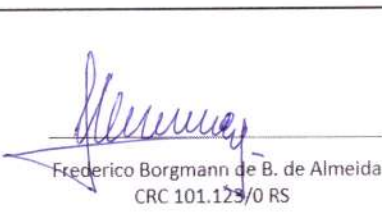
	31/12/2024	31/12/2023
Receita		
INSS estimado cota patronal	2.679.433,50	2.531.579,62
	2.679.433,50	2.531.579,62
Custos		
Custo da isenção usufruída em cota patronal	(2.679.433,50)	(2.531.579,62)
	(2.679.433,50)	(2.531.579,62)

A Entidade está isenta do pagamento da quota previdenciária patronal (INSS), por atender as disposições da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tais isenções foram contabilizadas como se devidas fossem, e estimadas no montante a seguir demonstrado:

	2024			2023		
	Base	Alíquotas	Contribuição	Base	Alíquotas	Contribuição
Empregados CLT						
Salários de janeiro a dezembro	12.807.006,67	20%	2.574.468,82	10.145.642,48	23%	2.333.497,77
Autônomos						
Remuneração de janeiro a dezembro	524.823,36	20%	104.964,67	1.100.454,72	18%	198.081,85
Total			2.679.433,50			2.531.579,62

24) Despesas Gerais e Administrativas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e Administrativa			
Materiais e manutenção de imóveis	-	(34.080,07)	(83.516,97)
Materiais e manutenções de máquinas, equipamentos e veículos	-	(93.904,01)	(65.310,76)
Aperfeiçoamento no recursos humanos	-	(93.127,64)	(45.385,76)
Despesas diversas	-	(204.900,88)	(697.251,62)
		(426.012,60)	(891.465,11)
Despesas Gerais			
Água, luz e telefone	-	(627.236,13)	(556.680,54)
Seguro veicular e predial.	-	(29.849,16)	(19.436,86)
Outras despesas gerais	-	4.593,80	-
		(652.491,49)	(576.117,40)
Depreciação			
Depreciação e amortização - Bens sem restrição	-	(1.112.168,19)	(1.059.829,40)
Depreciação e amortização - Bens com restrição	21.1	(343.400,65)	(321.476,95)
		(1.455.568,84)	(1.381.306,35)
			Continua

 Rogério Zimmermann Doering
Presidente
  José Girardi
Tesoureiro
  Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.125/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

Continuação

Materiais de consumo do estoque

Generos alimenticios	(548.067,86)	(536.494,91)
Material de expediente, higiene e limpeza	- (408.365,56)	(407.006,90)
Material de consumo, laboratório, radiologia e agência transfusional	- (618.471,49)	(377.838,23)
Produtos químicos de lavanderia	- (107.625,00)	(125.546,87)
Outros consumos de materiais	- (173.963,59)	(176.189,46)
	(1.856.493,50)	(1.623.076,37)

Despesas com implantação de sistema

Consultoria, inclusive viagens e estadias	- (41.661,00)	(15.481,28)
Despesas com Infraestrutura	- (94.915,79)	(66.879,06)
Mensalidade - Sistema e infraestrutura	- (25.809,52)	(49.523,03)
	(162.386,31)	(131.883,37)

Farmácia externa e outras

Serviços de processamento de dados - Farmácia externa	- (12.460,21)	(13.480,28)
(-) ICMS S/ compras	- 9.009,94	9.715,48
Perdas de materiais e medicamentos - Farmácia externa	- -	(394,12)
	(3.450,27)	(4.158,92)

(4.556.403,01) **(4.608.007,52)**

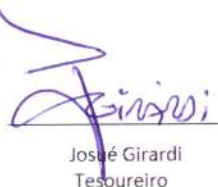
25) Resultado Financeiro

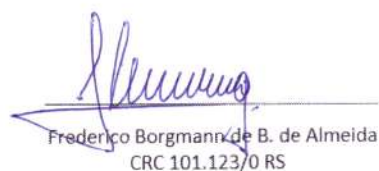
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Descontos obtidos	272,90	3.713,48
Juros ativos	4.074,80	10.223,04
Receitas de aplicações financeiras	3.854,19	107.814,65
Outras receitas financeiras	174,40	-
	8.376,29	121.751,17
Despesas Financeiras		
Juros e multas de mora	(1.749,15)	(12.227,75)
Despesas bancárias	(34.764,00)	(30.684,17)
Taxa cartão de crédito	(11.266,28)	(11.575,37)
IR e IOF sobre aplicações	(10.751,01)	-
Juros sobre empréstimos	(290.427,87)	(200.304,64)
Perdas de capital	-	(647,00)
Outras despesas financeiras	(1.472,32)	-
	(350.430,63)	(255.438,93)
Resultado Financeiro Líquido	(342.054,34)	(133.687,76)

26) Seguros Contratados

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor novo do bem segurado, conforme o caso. As premissas relativas à contratação dos seguros não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.


Rogério Zimmermann Doering
Presidente


José Girardi
Tesoureiro


Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

Modalidade	Valor Segurado (Cobertura)	
	2024	2023
Prédio, máquinas e equipamentos diversos	30.000.000,00	30.000.000,00
Vaículos: Seguro total (*)	200.000,00	100.000,00
Seguro funcionários	13.200.000,00	55.500,00
Total	43.400.000,00	30.155.500,00

(*) Tabela Fipe 100% e com dados materiais e corporais de R\$ 200.000,00

27) Ônus, Avais e Garantias

A Entidade não é garantidora ou avalista junto a instituições financeiras em benefício de outras Sociedades.

28) Relação dos Tributos Objeto de Renúncia Fiscal

O Hospital Santo Antônio é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos. Conforme estatuto, tem por finalidade: a) promover assistência à saúde preventiva e curativa; b) promover a integração de grupos e indivíduos excluídos - infância, adolescência, juventude, velhice e aos necessitados em geral - para que desenvolvam a cidadania e possam ter acesso aos direitos sociais; c) fortalecer os vínculos familiares, zelando pela qualidade de vida dos beneficiários e pelo fortalecimento dos valores éticos e morais; d) estimular atividades de pesquisa científico-cultural na área da Saúde; e) servir de ensino, instrução e estágio na área da saúde; f) promover a ecologia.

A Entidade é regida pelas normas do seu Estatuto Social e legislação civil. Conforme disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Diante destes fatos, o IRPJ, CSLL, PIS e a COFINS assim como o INSS patronal conforme mencionado na nota 23, formam a relação de tributos objeto de renúncia fiscal exigida pelo item 27 – C da Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1), de 21 de agosto de 2015.

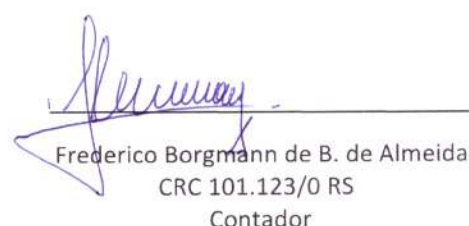
Tapejara (RS), 12 de março de 2025.



Rogério Zimmermann Doering
Presidente



Josué Girardi
Tesoureiro



Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS
Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Hospital Santo Antônio, com sede nesta cidade de Tapejara/RS, sito à Rua Tranquilo Basso, nº 270, conforme o Art. 49, b, do Estatuto Social, examinamos os relatórios da Diretoria, relativos ao exercício de 2024, tomando por base livros, documentos, Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit do exercício e outras demonstrações, encontramos tudo na mais perfeita ordem, razão pela qual recomendamos a aprovação da Assembleia Geral.

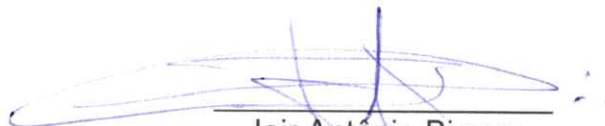
Tapejara, 26 de março de 2025.



Sérgio Zanatta
CPF 342.380.420-34



Leonardo Frigeri
CPF 006.871.290-10



Jair Antônio Biazus
CPF 585.642.920-68